



Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	10
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador	16
5. Caixa e equivalentes de caixa	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Caixa restrito	18
8. Contas a receber – concessionárias e permissionárias.....	18
9. Tributos e contribuições a compensar	18
10. Imobilizado.....	19
11. Intangível.....	22
12. Empréstimos e financiamento	24
13. Tributos e encargos sociais a recolher	26
14. Encargos regulatórios a recolher	26
15. Provisões	27
16. Patrimônio líquido.....	27
17. Receita operacional bruta	28
18. Resultado financeiro.....	30
19. Imposto de renda e contribuição social	30
20. Transações com partes relacionadas.....	30
21. Instrumentos financeiros	31
22. Seguros	33
23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	33
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	40

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	187	11.892
Aplicação financeira	6	4.641	24.408
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	1.383	6.677
Estoques		2.152	886
Serviços em curso		180	810
PIS e COFINS diferidos		198	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		107	-
Tributos e contribuições a compensar	9	1.751	1.990
Despesas antecipadas		47	47
Outros		1.978	1.593
		12.624	48.303
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	7	17.602	17.930
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	8	363	375
		17.965	18.305
Imobilizado	10	394.847	407.516
Intangível	11	1.648	1.689
		396.495	409.205
Total do ativo		427.084	475.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Arrendamento		57	-
Fornecedores		920	826
Empréstimos e financiamentos	12	14.481	13.857
Tributos e encargos sociais a recolher	13	1.167	1.259
Encargos regulatórios a recolher	14	151	742
Partes relacionadas	20	559	457
Dividendos a Pagar		-	8.274
Outros		1.279	966
		18.614	26.381
Não circulante			
Arrendamento		328	-
Empréstimos e financiamentos	12	107.455	121.549
Fornecedores		106	106
PIS e COFINS diferidos		-	25
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	44
Encargos regulatórios a recolher	14	241	173
		108.130	121.897
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	338.984	338.984
Reserva de lucros	16 (c)	(38.632)	(11.449)
Reserva de reavaliação	16 (d)	(12)	-
		300.340	327.535
Total do passivo e do patrimônio líquido		427.084	475.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	17	57.813	54.295
		57.813	54.295
Tributos			
PIS		(368)	(353)
COFINS		(1.699)	(1.629)
		(2.067)	(1.982)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.611)	(1.305)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(208)	114
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(532)	(509)
		(2.351)	(1.700)
Receita líquida		53.395	50.613
Custos e despesas			
Pessoal		(839)	(1.006)
Material		(403)	(173)
Serviços de terceiros		(7.392)	(6.597)
Depreciação e amortização		(16.493)	(16.347)
Seguros		(93)	(62)
Doações, contribuições e subvenções		(18)	(21)
Arrendamento e aluguéis		(445)	(431)
Tributos		(37)	(17)
Gastos diversos		(325)	(33)
		(26.045)	(24.687)
Resultado da atividade		27.350	25.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(Continuação)	Nota	2022	2021
Receitas financeiras	18	4.972	2.249
Despesas financeiras	18	(10.239)	(11.260)
		(5.267)	(9.011)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		22.083	16.915
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(3.596)	(2.451)
Diferido		151	38
		(3.445)	(2.413)
Lucro líquido do exercício		18.638	14.502
Lucro por ação		0,05498	0,04278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do exercício		18.638	14.502
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	16 (d)	(12)	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>18.626</u>	<u>14.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucro					Total
		Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	
Em 31 de dezembro de 2020		338.984	-	(17.677)	-	-	321.307
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.502	-	14.502
Destinação do lucro							
Reserva legal	16(c)	-	1.742	-	(1.742)	-	-
Retenção de lucros	16(c)	-	-	4.486	(4.486)	-	-
Dividendos obrigatórios	16(b)	-	-	-	(8.274)	-	(8.274)
Em 31 de dezembro de 2021		338.984	1.742	(13.191)	-	-	327.535
Lucro líquido do exercício	16 (d)	-	-	-	18.638	-	18.638
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	-	(12)	(12)
Destinação do lucro							
Reserva legal	16(c)	-	2.351	-	(2.351)	-	-
Retenção de lucros	16(c)	-	-	(4.713)	4.713	-	-
Dividendos intermediários		-	-	(24.821)	(9.833)	-	(34.654)
Dividendos obrigatórios	16(b)	-	-	-	(11.167)	-	(11.167)
Em 31 de dezembro de 2022		338.984	4.093	(42.725)	-	(12)	300.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.638	14.502
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	16.493	16.347
PIS e COFINS diferidos	(223)	(45)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(151)	(38)
Provisão para demandas judiciais	-	(462)
Custo residual de ativo imobilizado baixado	582	583
Receita sobre aplicações financeiras	(1.770)	(857)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	10.171	11.175
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	18	51
	<u>43.758</u>	<u>41.256</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	328	(696)
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	5.306	1.150
Estoques	(1.266)	(404)
Tributos e contribuições a compensar	239	(118)
Serviços em curso	630	(59)
Outros	(565)	(42)
	<u>4.672</u>	<u>(169)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	4.645	(1.484)
Tributos e encargos sociais a recolher	2.280	2.058
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.339)	(1.748)
Encargos regulatórios a recolher	(537)	(1.034)
Partes relacionadas	(4.309)	(183)
Outros	140	(38)
	<u>(120)</u>	<u>(2.429)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das (consumidas pelas) atividades operacionais	<u>48.310</u>	<u>38.658</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(58.327)	(54.172)
Resgates de Aplicações financeiras	79.864	39.863
Aquisição de Imobilizado (nota 10 (b))	(3.761)	(1.487)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	<u>17.776</u>	<u>(15.796)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(13.424)	(12.733)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(10.217)	(11.212)
Pagamentos de arrendamentos	(55)	-
Dividendos pagos	(54.095)	-
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	<u>(77.791)</u>	<u>(23.945)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.705)</u>	<u>(1.083)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	11.892	12.975
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	187	11.892
Varição em caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.705)</u>	<u>(1.083)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”) constituída em 3 de dezembro de 2007, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”) desde setembro de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5,6 e 7, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

<u>Contrato</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Revisão Tarifária Periódica</u>		<u>Índice de correção</u>	<u>Receita Anual Permitida – RAP</u>	
			<u>Prazo (anos)</u>	<u>Próxima</u>		<u>R\$ mil</u>	<u>Mês base</u>
001/2008	30	16.03.38	5	2023	IPCA	52.513	06/22

Contrato nº 001/2008

Linha de Transmissão 500 kV Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí, C2, com aproximadamente 710 km, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, contemplando com a implantação, operação e manutenção das respectivas instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (Estados Piauí, Maranhão e Tocantins).

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

1.3 Capital circulante líquido negativo

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$5.990 e prevê que a geração de caixa será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, a acionista se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 14).

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 17.3), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 10 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratar de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso (nota 23.4).

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 15 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

• ICPC 01 - Contratos de Concessão

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

• ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos		187	78
Equivalentes de Caixa			
CDB (a)	102,2%	-	11.814
		<u>187</u>	<u>11.892</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 21 (c).

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2022	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>% do CDI</u>		
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		4.620	13.338
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	108,0%	21	11.070
		<u>4.641</u>	<u>24.408</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Caixa restrito

Em 10 de maio de 2010 foi assinado contrato de financiamento entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez, o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB, no valor mínimo de R\$16.000. O saldo de caixa restrito é R\$17.602 (R\$17.930 em 2021).

8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente vencida					2022	2021
	Corrente a vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	1.296	34	11	42	363	1.746	7.052
	1.296	34	11	42	363	1.746	7.052

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

9 Tributos e contribuições a compensar

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte	1.751	1.957
Contribuição social retido na fonte	-	15
COFINS	-	15
PIS	-	3
	1.751	1.990

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em 2021</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Saldo em 2021</u>
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.689	-	-	-	3.689	-	(3.019)	670	1.104
Máquinas e equipamentos	<u>569.337</u>	<u>-</u>	<u>(582)</u>	<u>461</u>	<u>569.216</u>	<u>(121)</u>	<u>(188.133)</u>	<u>381.083</u>	<u>396.884</u>
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	510	-	-	510	510	(135)	375	-
Máquinas e equipamentos	<u>422</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.592</u>	<u>2.014</u>	<u>1.592</u>	<u>(145)</u>	<u>1.869</u>	<u>386</u>
Subtotal	<u>573.448</u>	<u>510</u>	<u>(582)</u>	<u>2.053</u>	<u>575.429</u>	<u>1.981</u>	<u>(191.432)</u>	<u>383.997</u>	<u>398.374</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2021</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Saldo em 2021</u>
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	3.307	1.865	-	(331)	4.841	1.534	-	4.841	3.307
Outros	4.208	1.848	-	(130)	5.926	1.718	-	5.926	4.208
Administração									
Máquinas e equipamentos	1.627	48	-	(1.592)	83	(1.544)	-	83	1.627
Subtotal	9.142	3.761	-	(2.053)	10.850	1.708	-	10.850	9.142
Total do ativo imobilizado	582.590	4.271	(582)	-	586.279	3.689	(191.432)	394.847	407.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022		2021	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,85%	3.689	(3.019)	670	1.104
Máquinas e equipamentos	3,85%	569.216	(188.133)	381.083	396.884
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,30%	510	(135)	375	
Máquinas e equipamentos	5,85%	2.014	(145)	1.869	386
		575.429	(191.432)	383.997	398.374
Em Curso					
Transmissão					
		10.767	-	10.767	7.515
Administração					
		83	-	83	1.627
		10.850	-	10.850	9.142
		586.279	(191.432)	394.847	407.516

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	1.626	-	287	1.913
A ratear	-	268	-	268
Desenvolvimento de projetos	-	696	-	696
Material em depósito	884	-	-	884
Total das adições	2.510	964	287	3.761

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Transmissão									
Servidões	1.487	-	-	-	1.487	-	-	1.487	1.487
Administração									
Softwares	211	-	-	-	211	-	(156)	55	96
Subtotal	1.698	-	-	-	1.698	-	(156)	1.542	1.583

b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Transmissão									
Servidões	106	-	-	-	106	-	-	106	106
Subtotal	106	-	-	-	106	-	-	106	106
Total do Ativo Intangível	1.804	-	-	-	1.804	-	(156)	1.648	1.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		<u>2022</u>			<u>2021</u>	
	<u>Taxas anuais médias de amortização (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>	
Em Serviço						
Transmissão						
Serviços		1.487	-	1.487	1.487	
Administração						
Softwares	20,0%	<u>211</u>	<u>(156)</u>	<u>55</u>	<u>96</u>	
		<u>1.698</u>	<u>(156)</u>	<u>1.542</u>	<u>1.583</u>	
Em Curso						
Transmissão						
		<u>106</u>	<u>-</u>	<u>106</u>	<u>106</u>	
		<u>106</u>	<u>-</u>	<u>106</u>	<u>106</u>	
		<u>1.804</u>	<u>(156)</u>	<u>1.648</u>	<u>1.689</u>	

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo	Adimplente	Data da captação /Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data próximo pgto Juros (*)	Frequência pgto juros	Data da próxima amortização (*)	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
	387	14.094	107.455	121.936											
BNB Semiárido (i)	138	4.952	38.305	43.395	Sim	Out/10	Recebíveis	Pré	10,0%	19/01/2023	Mensal	19/01/2023	19/05/30	Mensal	SAC
BNB - Demais Regiões (i)	249	9.142	69.150	78.541	Sim	Out/10	Recebíveis	Pré	10,0%	19/01/2023	Mensal	19/01/2023	19/05/30	Mensal	SAC

(*) pagamento foi realizado na data prevista.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) BNB - Contrato 56.2010.2491.3531

Em 19 de maio de 2010, a Companhia assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no montante de R\$220.000 sendo R\$93.811 (semiárido) e R\$126.189 (fora do semiárido) ambos com custo de 10% a.a. O crédito é destinado a implantação de uma linha de transmissão em 550KV, com 710 km de extensão, com origem na Subestação de Colinas e término na Subestação de São João do Piauí. Os juros são cobrados mensalmente a partir de junho de 2012. O valor principal da dívida tem amortizações mensais a partir de junho de 2012 com vencimento final em 19 de maio de 2030. Sobre os encargos incidentes será aplicado um bônus de adimplência de 25% (semiárido) e 20% (fora do semiárido). Como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez (caixa restrito) o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação de financiamento, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB no valor de R\$17.602 em 31 de dezembro de 2022 (nota 7). Não existe exigência de cumprimento de indicadores financeiros (*covenants*).

b) O cronograma de vencimento da amortização de principal e juros de longo prazo, estão distribuídos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029+</u>	<u>Total</u>
<u>Moeda Nacional</u>							
BNB – Semiárido	4.998	5.271	5.544	5.650	5.650	11.192	38.305
BNB – Demais regiões	9.798	10.232	10.696	11.381	11.381	15.662	69.150
	<u>14.796</u>	<u>15.503</u>	<u>16.240</u>	<u>17.031</u>	<u>17.031</u>	<u>26.854</u>	<u>107.455</u>

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldos em 2020	148.176
Pagamentos de principal	(12.733)
Pagamentos de juros	(11.212)
Juros e variações monetárias e cambiais	11.175
Saldos em 2021	135.406
Pagamento de principal	(13.424)
Pagamento de juros	(10.217)
Juros e variações monetárias e cambiais	10.171
Saldos em 2022	121.936

d) Composição ativos financeiros

	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.828	-	4.828
Caixa Restrito	-	17.602	17.602
	<u>4.828</u>	<u>17.602</u>	<u>22.430</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

e) Composição do endividamento e dívida líquida

	<u>Juros de curto Prazo</u>	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + juros LP</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dívida bruta					
Moeda nacional	387	14.094	107.455	121.936	135.406
Ativos financeiros	-	(4.828)	(17.602)	(22.430)	(54.230)
Dívida líquida				<u>99.506</u>	<u>81.176</u>

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda	472	556
Contribuição social	326	256
COFINS	165	185
PIS	36	40
INSS	58	97
ISS	20	13
Imposto de renda retido na fonte	4	11
Outros	86	101
	<u>1.167</u>	<u>1.259</u>

14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	392	915
	<u>392</u>	<u>915</u>
Circulante	<u>151</u>	<u>742</u>
Não circulante	<u>241</u>	<u>173</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui onze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo oito de natureza cível-fundiário, no valor de R\$706 mil e três de natureza cível-regulatório no valor de R\$2.957 mil, totalizando R\$3.663 mil (R\$3.287 mil em 2021).

16 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 31 de março de 2023 e disponibilizadas em 04 de abril de 2023.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2022 e 2021 é de R\$400.000, sendo todo em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2022 e 2021 é de R\$338.984, está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de lucros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reserva legal	4.093	1.742
Reserva de retenção de lucros	<u>(42.725)</u>	<u>(13.191)</u>
	<u>(38.632)</u>	<u>(11.449)</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, Imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.843/2021 de abril de 2021, totaliza R\$ 78 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$ 53. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em fevereiro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	78
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro de 2022	<u>(25)</u>
(a)	Total	53
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	65
(a) - (b)	Total da reavaliação	(12)
(c)	IR/CS diferidos	<u>0</u>
(=)	PL Reserva de reavaliação	(12)

17 Receita operacional bruta

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta		
Rede básica	<u>57.813</u>	<u>54.295</u>
	<u>57.813</u>	<u>54.295</u>

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção (O&M), para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
001/2008	2.405	19.06.2018	01.07.2018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

17.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

17.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória n.º 3.067, publicada em 12 de julho de 2022, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 21/22		RAP Ciclo 22/23				RAP Ciclo 22/23
índice	REH 2.959 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.067	PA	
IPCA	52.802	6.194	-	-	58.996	(6.483)	52.513

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2021/2022

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2022	Total 2021
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
001/2008	9	58.987	(6.483)	-	-	-	52.513	55.730
	9	58.987	(6.483)	-	-	-	52.513	55.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.956	2.232
Juros ativos	4	7
Variações monetárias	2	7
Outras	10	3
	<u>4.972</u>	<u>2.249</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.146)	(11.175)
Juros passivos	(3)	(2)
Variações monetárias	(14)	(18)
Outras	(76)	(65)
	<u>(10.239)</u>	<u>(11.260)</u>
	<u>(5.267)</u>	<u>(9.011)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social são correntes totalizam R\$3.445 (R\$2.451 em 2020), que representam o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2022.

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	-	8.274	-	-
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal	CTEEP	284	223	(980)	(1.116)
Prestação de serviços	CTEEP	<u>275</u>	<u>234</u>	<u>(3.535)</u>	<u>(2.705)</u>
		<u>559</u>	<u>8.731</u>	<u>(4.515)</u>	<u>(3.821)</u>

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2022	2021
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	187	11.892
Aplicações financeiras	2	4.641	24.408
Caixa restrito	2	17.602	17.930
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	1.383	6.677
Não circulante	-	363	375
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	14.881	13.857
Não circulante	-	107.455	121.549
Arrendamento			
Circulante	-	57	-
Não circulante	-	328	-
Fornecedores	-	1.026	932
Partes relacionadas	-	559	457
Dividendos a pagar	-	-	8.274

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	14.481	13.857
Não circulante	107.455	121.549
Arrendamento		
Circulante	57	-
Não circulante	328	-
Dívida total	122.321	135.406
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.828	36.300
Dívida líquida	117.493	99.106
Patrimônio líquido	366.744	327.535
Índice de endividamento líquido	32,0%	30,26%

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (nota 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2022	2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	738	182	-	106	-	1.026	932
Empréstimos e financiamentos	1.561	3.523	9.397	46.540	60.915	121.936	135.406
Arrendamento	5	14	38	236	92	385	-
	<u>2.304</u>	<u>3.719</u>	<u>9.435</u>	<u>46.882</u>	<u>61.007</u>	<u>123.347</u>	<u>136.338</u>

22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 01/06/24	87.638	90
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/22 a 19/12/23	60.000(*)	-
			<u>90</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	187	-	187	11.892	-	11.892
Aplicações financeiras	4.641	-	4.641	24.408	-	24.408
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	1.383	(1.383)	-	6.677	(6.677)	-
Ativo da concessão	-	50.750	50.750	-	53.293	53.293
Estoques	2.152	-	2.152	886	-	886
Serviços em curso	180	(180)	-	810	(810)	-
PIS COFINS diferidos	198	(198)	-	-	-	-
IR e CS diferidos	107	(107)	-	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	1.751	-	1.751	1.990	-	1.990
Despesas antecipadas	47	-	47	47	-	47
Outros	1.978	(1.786)	192	1.593	(761)	832
	12.624	47.096	59.720	48.303	45.045	93.348
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	17.602	-	17.602	17.930	-	17.930
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	363	(363)	-	375	(375)	-
Ativo da concessão	-	444.047	444.047	-	430.912	430.912
Estoques	-	4.373	4.373	-	3.489	3.489
	17.965	448.057	466.022	18.305	434.026	452.331
Imobilizado	394.847	(394.407)	440	407.516	(407.137)	379
Intangível	1.648	(1.606)	42	1.689	(1.609)	80
	396.495	(396.013)	482	409.205	(408.746)	459
Total do ativo	427.084	99.140	526.224	475.813	70.325	546.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante						
Fornecedores	920	-	920	826	-	826
Empréstimos e financiamentos	14.481	-	14.481	13.857	-	13.857
Arrendamentos	57	-	57	-	44	44
Tributos e encargos sociais a recolher	1.167	-	1.167	1.259	-	1.259
Encargos Regulatórios a recolher	151	-	151	742	-	742
Partes relacionadas	559	-	559	457	-	457
Dividendos a Pagar	-	-	-	8.274	-	8.274
Outros	1.279	-	1.279	966	-	966
	18.614	-	18.614	26.381	44	26.425
Passivo Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	107.455	-	107.455	121.549	-	121.549
Arrendamentos	328	-	328	-	299	299
Fornecedores	106	-	106	106	-	106
Encargos Regulatórios a recolher	241	-	241	173	-	173
PIS COFINS diferidos	-	17.798	17.798	25	17.415	17.440
IR e CS diferidos	-	14.938	14.938	44	14.555	14.599
	108.130	32.736	140.866	121.897	32.269	154.166
Total do Passivo	126.744	32.736	159.480	148.278	32.313	180.591
Patrimônio líquido						
Capital social	338.984	-	338.984	338.984	-	338.984
Reservas de lucros	(38.632)	66.392	27.760	(11.449)	38.012	26.563
Reserva de reavaliação	(12)	12	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	300.340	66.404	366.744	327.535	38.012	365.547
Total do passivo e do patrimônio líquido	427.084	99.140	526.224	475.813	70.325	546.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	57.813	15.897	73.710	54.295	36.013	90.308
	57.813	15.897	73.710	54.295	36.013	90.308
Tributos						
PIS	(368)	(103)	(471)	(353)	(202)	(555)
COFINS	(1.699)	(476)	(2.175)	(1.629)	(932)	(2.561)
	(2.067)	(579)	(2.646)	(1.982)	(1.134)	(3.116)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.611)	-	(1.611)	(1.305)	-	(1.305)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(208)	-	(208)	114	-	114
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(532)	-	(532)	(509)	-	(509)
	(2.351)	-	(2.351)	(1.700)	-	(1.700)
Receita líquida	53.395	15.318	68.713	50.613	34.879	85.492
Custos e despesas						
Pessoal	(839)	839	-	(1.006)	1.006	-
Material	(403)	(1.599)	(2.002)	(173)	(906)	(1.079)
Serviços de terceiros	(7.392)	(2.090)	(9.482)	(6.597)	(1.528)	(8.125)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	-	428	428
Depreciação e amortização	(16.493)	16.396	(97)	(16.347)	16.267	(80)
Seguros	(93)	-	(93)	(62)	-	(62)
Doações, contribuições e subvenções	(18)	-	(18)	(21)	-	(21)
Arrendamento e aluguéis	(445)	-	(445)	(431)	46	(385)
Tributos	(37)	-	(37)	(17)	-	(17)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(2)	(2)	-	(4.926)	(4.926)
Gastos diversos	(325)	(1)	(326)	(33)	(5)	(38)
	(26.045)	13.543	(12.502)	(24.687)	10.382	(14.305)
Resultado da Atividade	27.350	28.861	56.211	25.926	45.261	71.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	4.972	-	4.972	2.249	-	2.249
Despesas financeiras	(10.239)	9	(10.230)	(11.260)	5	(11.255)
	(5.267)	9	(5.258)	(9.011)	5	(9.006)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	22.083	28.870	50.953	16.915	45.266	62.181
Despesas com impostos	(3.445)	(490)	(3.935)	(2.413)	(957)	(3.370)
Lucro do exercício	18.638	28.380	47.018	14.502	44.309	58.811

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 e CPC 47.

23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

23.4 Arrendamentos

A partir do exercício 2022 a ANEEL adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso. Os impactos da adoção inicial e movimentações ocorridas estão demonstrados abaixo:

Imobilizado	2022
Saldo Inicial	-
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	337
Adições	93
Depreciações	(55)
Baixas	-
Total	375
Arrendamento	2022
Saldo Inicial	-
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	343
Adições	93
Pagamentos de principal e juros	(55)
Juros	4
Total	385

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 31 de março de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5